



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 19 Nº 09
Setembro de 2010

A crise mundial ainda não terminou

O economista, dentre outras coisas, é um analista e um avaliador. Examina os dados, estuda as forças que atuam sobre a economia, vê o posicionamento do Estado. E avalia. Pois é o que estamos fazendo aqui. Há uma aparência de calma nos noticiários, na mídia, mas há uma tensão na realidade. A crise mundial ainda não terminou. Estamos num mirante privilegiado, o Brasil, onde tudo parece estar bem, onde a economia, brincando de alpinismo, vai chegar a entre 5% e 7% de acréscimo neste ano. Nesse mirante, tende-se a enxergar, a perceber e a avaliar as coisas econômicas mundiais com otimismo. Mas é preciso tirar essas lentes coloridas e ver de perto como a face da realidade tem, como em alguns primeiros planos do cinema, uma parte do rosto clara, outra escura. A clara dá otimismo, a escura faz mistério. E o mistério é que depois da continuada crise norte-americana e da atual crise europeia, contrabalançadas pelo extraordinário crescimento da China e dos emergentes, o ciclo da economia mundial não recomeça e não deixa para trás os maus tempos. Qual o mistério que se esconde atrás da dificuldade de recuperação dessa economia?

No entanto, a economia mundial está mudando. E vai mudar a sua liderança, vai mudar o carro-guia, essa ave condutora da História. Pois é isso que está em causa: trocar a liderança da era econômica do automóvel e do petróleo pela era das novas tecnologias de comunicação e informação. É uma mudança cíclica, é uma mudança na liderança e na estrutura do processo produtivo, é uma mudança no longo prazo da economia capitalista. Pois, quando se muda alguma coisa desse porte na economia, é preciso derrubar paredes, arrumar financiamento, é preciso mudar o Estado, ter instituições que comandem as mudanças, etc. É isso que está impedindo a metamorfose da economia, ou melhor, a rapidez das mudanças. É isso que mostra que a economia mundial é ainda uma planta doente. É isso que mostra que o que precisa mudar ainda não mudou e que o que é indispensável aparecer ainda não apareceu. Consideramos, para ver como é necessária a liderança explícita de empresas de telecomunicações e não de bancos, como é fundamental um novo encadeamento de novas indústrias — nanotecnologia, bioeletrônica, ciências médicas, etc. — e, igualmente, substituir a infraestrutura energética da produção. Essas mudanças são estruturais e levam tempo para serem feitas. A troca de padrão de acumulação, que ainda não ocorreu, está-se operando lentamente.

No fundo, há que se mudar o que está, no momento, mandando. Trata-se de mudar as finanças de posição. Elas querem que tudo fique como era, visando desenvolver-se livremente no céu da especulação. Então, como é que se faz

para as finanças saírem da sala de comando? Também é aqui que tudo se está jogando. As perguntas-chave são: para onde vai o Estado? Quais são o seu novo sentido e a sua nova direção? Antes de tudo, encaminhar as finanças na economia e pela política econômica para um lugar mais adequado, que é financiar as atividades produtivas. E por que as finanças têm que desaparecer do primeiro plano? A economia deve retornar à liderança da produção com nova estrutura produtiva. Os ativos podres e o cassino especulativo atrapalham o novo desenvolvimento, o sistema bancário precisa ser convertido para o apoio ao sistema produtivo. Hoje, as finanças funcionam como tranca-rua. Há, portanto, a necessidade de um reforço do Estado, para que este seja capaz de resolver a algazarra no bar da economia. Em alguns lugares, já aconteceu ou está acontecendo: China, Brasil, etc. A mensagem é clara, há que se reposicionar as finanças, a prioridade tem que ser da produção, do investimento e do emprego. Esse é o novo sinal dos tempos.

No plano da retórica, tudo parece fácil, porque falamos de agregados. No nível macro, é simples vislumbrar: muda-se a demanda centrada no consumo, e a economia vai ser puxada pelo investimento. No entanto, tem que haver uma troca de política econômica; tem que se reformatar o Estado; tem que se ter planejamento; tem que se criar, social e novamente, a mentalidade do investimento; tem que se dar novas ênfases na educação para a nova economia que entra; tem que se alterar a hierarquia no Estado; tem que se condicionar o novo crédito, etc. As alterações econômicas são transformações de formas que podem ter passagens longas e difíceis.

A principal cirurgia a fazer tem que ser no DNA da economia e naquilo que Hilferding chamava de a forma financeira do capital. Essa forma tem duas esferas, a financeira e a produtiva, só que contém em si a hegemonia das finanças sobre a produção. Foi o que ocorreu progressivamente de 1979 até 2009. E isso não se troca assim no mais. Mudar a hegemonia passa pela política e, por extensão, passa pelo Estado. E não basta que forças políticas ponham a sua bandeira nele, é preciso que haja uma reformulação técnica e qualitativa na burocracia. É esse andamento da mudança histórica no processo econômico e social que tem uma duração complexa. Pois se trata, em verdade, de construir uma nova dinâmica econômica, o eixo Estados Unidos-China, de onde uma nova ordem internacional do trabalho dará surgimento a um outro processo de acumulação produtiva do capital, onde as finanças encontrarão o seu novo lugar.

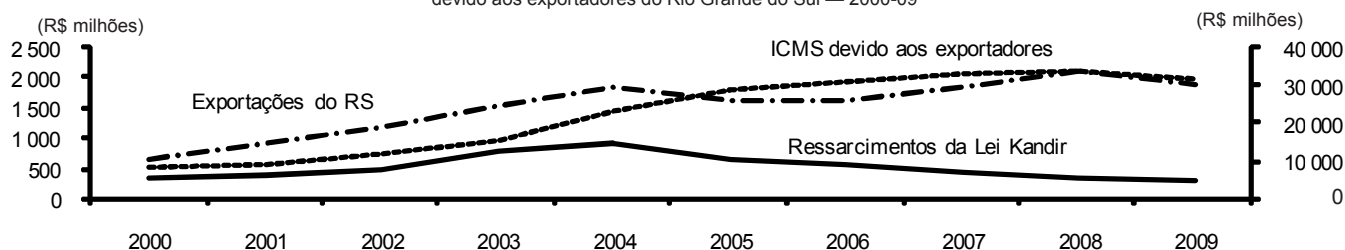
Enéas de Souza (FEE/CEES)

O Estado perde receita com a Lei Kandir

Um fato que está trazendo muito prejuízo às receitas gaúchas é a falta de ressarcimento das desonerações das exportações do Rio Grande do Sul, através da Lei Kandir, como está mostrado no gráfico. No ano 2000, as exportações gaúchas atingiram R\$ 10 bilhões, e o Estado foi ressarcido através da Lei Kandir em R\$ 340 milhões. O saldo credor do ICMS devido pelo Tesouro estadual aos contribuintes exportadores naquele ano chegou a R\$ 490 milhões. Mas o que foi observado nesses últimos nove anos? As exportações cresceram muito, tendo atingido, em 2009, quase R\$ 30 bilhões, o

que deveria ter sido acompanhado de um retorno maior ao Estado, caso fosse mantida a mesma relação original. Entretanto isso acabou não acontecendo! Os ressarcimentos da Lei Kandir foram menores do que os do ano 2000: R\$ 299 milhões. E, ainda por cima, no ano de 2009, o Estado passou a dever um valor quase sete vezes maior às empresas exportadoras gaúchas: R\$ 1,9 bilhão. Essas características das receitas gaúchas, com o ICMS enfraquecido pela falta de ressarcimento ao Estado, explicam a enorme dificuldade do Executivo em pagar as despesas públicas, que crescem a cada ano.

Exportações, ressarcimentos federais da Lei Kandir e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido aos exportadores do Rio Grande do Sul — 2000-09



FONTE: RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: exercício 2009. Porto Alegre: Tribunal de Contas, 2010. p. 78.

NOTA: Das três variáveis apresentadas, somente a das exportações do RS está representada no eixo vertical à direita.

Alfredo Meneghetti Neto (FEE/CEES)

Queda das exportações explica o desempenho da indústria no Estado?

O resultado da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, embora ainda bastante positivo — favorecido pela base de comparação fraca do primeiro semestre de 2009 —, mostrou um dinamismo inferior ao nacional no acumulado do ano até junho. Enquanto, em nível nacional, a indústria de transformação cresceu 16,2%, no Estado a expansão foi de 11,3% no mesmo período. O volume exportado pela indústria de transformação no Estado, por sua vez, apresentou uma redução de 6,4% no acumulado do ano até junho, enquanto, na economia nacional, houve um aumento de 12,2%. Pode a queda das vendas externas explicar o desempenho da produção industrial abaixo do nacional nos últimos meses?

A tabela mostra que a desaceleração da indústria de transformação resulta, principalmente, da combinação das

quedas na produção dos setores de fumo e de alimentos e bebidas. No caso do fumo, a quebra da safra de 2010, por excesso de chuvas, provocou a queda da produção, que se refletiu na redução do volume exportado. Já a diminuição da produção do setor de alimentos e bebidas pode, de fato, ter sido influenciada pela queda das exportações. Observou-se, no acumulado do ano, uma redução de 4,7% no volume exportado de carnes (segmento que representa cerca de 40% da produção do setor de alimentos), principalmente de suínos e bovinos para a Rússia. Outros setores, como máquinas e equipamentos, produtos químicos e refino de petróleo, também apresentaram queda no volume exportado, mas com menor impacto sobre o nível de atividade industrial.

Variação percentual acumulada da indústria de transformação e das exportações, em volume, no Rio Grande do Sul — jan.-jun./10

DISCRIMINAÇÃO	INDÚSTRIA	PARTICIPAÇÃO % (1)	EXPORTAÇÕES	PARTICIPAÇÃO % (2)
Total	11,3	100,0	-6,4	100,0
Alimentos e bebidas	-1,6	19,2	-3,2	29,2
Veículos	35,4	10,3	39,3	5,8
Máquinas e equipamentos	33,2	9,9	-4,6	9,1
Calçados e couro	10,8	7,7	1,9	11,0
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	25,8	7,0	10,7	2,2
Fumo	-16,4	5,4	-27,3	11,8
Produtos químicos	15,9	4,8	-3,9	14,1
Borracha e plástico	10,8	3,7	14,8	2,3
Refino de petróleo	-2,4	1,2	-31,9	4,3

FONTE: PIM-PF-IBGE. MDIC/Secex. FEE/CIE.

(1) No VTI da indústria de transformação do RS, com base na PIA de 2008. (2) No valor total das exportações do RS, no acumulado do ano até junho.

Cecilia Rutkoski Hoff (FEE/CIE)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-jul./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	110,0	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	114,4	0,5	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	71,7	12,9	111,2	-2,8	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	69,2	9,7	110,1	-1,0	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,9	7,7	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,1	7,2	112,3	-2,1	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,2	8,6	113,3	0,9	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,0	5,8	110,5	-2,5	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,3	-3,3	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,2	-16,1	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	59,5	-15,1	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	60,3	-19,0	145,1	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	61,1	-16,4	117,3	-19,2	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	61,6	-15,3	116,2	-0,9	161 879
Mar./10	2,4	-	7,6	5,2	8,75	59,6	-16,9	114,7	-1,3	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	58,7	-15,2	112,6	-1,8	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	58,0	-12,0	114,3	1,5	159 897
Jun./10	-	-	7,0	4,8	10,25	57,1	-10,9	115,9	1,4	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	-	-	-	-	166 374

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Jul./08	-4,33	40,7	136,51	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,7	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,22	2,51	-1,29	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,88	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,18	2,16	-0,98	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,3	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,76	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,7	-1,55	1,51	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,20	-2,6	-1,0	83,1	-17,8	-20,5	-1,65	1,51	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,42	-0,3	14,6	83,5	-15,4	-16,7	-1,78	1,48	0,30	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,84	2,3	-6,7	84,5	-13,2	-11,5	-1,97	1,37	0,60	247 292	290 690
Mai/10	-2,13	41,4	131,04	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,93	1,39	0,54	249 846	299 291
Jun./10	-2,07	41,4	128,28	6,5	-2,0	85,1	-2,8	2,1	-2,13	1,32	0,81	253 114	305 447
Jul./10	-	-	-	-	-	85,0	2,8	9,8	-2,24	1,37	0,88	257 299	316 688

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 09

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — mar./08-jul./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Mar./08	-	113,20	99,05	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,92	107,60	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,9	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	6,0	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	97,88	119,94	119,94	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	93,33	110,88	115,34	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	118,26	116,05	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-
Abr./10	-	113,57	108,68	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	-
Mai/10	-	111,85	106,20	112,02	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	-
Jun./10	-	112,83	107,76	111,25	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	-
Jul./10	-	-	-	-	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — mar./08-jul./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 150	1 163	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 181	1 193	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 214	1 234	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 238	1 253	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 241	1 260	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 250	1 257	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 256	1 260	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 257	1 256	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 249	1 256	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 231	1 227	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 242	1 225	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 264	1 249	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 273	1 272	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 255	1 269	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 234	1 246	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 259	1 248	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 273	1 266	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 282	1 260	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 268	1 265	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 296	1 284	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 270	1 266	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 284	1 288	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 256	1 253	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 290	1 274	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 298	1 270	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 295	1 269	-	-	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 289	1 267	-	-	1 570 958
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 294	1 271	-	-	1 490 528
Jul./10	9 669	-	-	-	-	-	-	1 574 764

FONTE: FEE, IBGE, MICT, PED-RMPA, Secretaria da Fazenda-RS, IEPE, SINDUSCON, Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jun./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

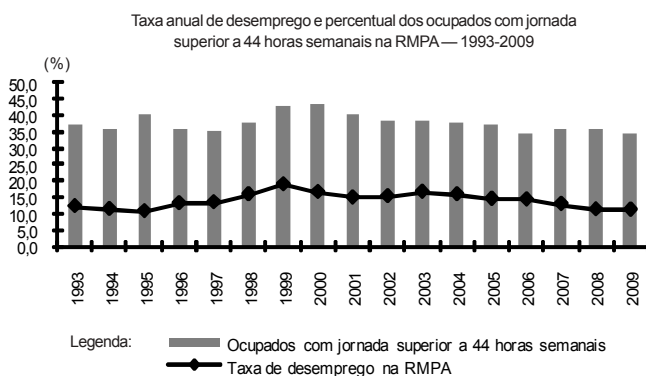
Tendência de queda da jornada de trabalho

A extensão da jornada de trabalho, segundo a definição de Trabalho Decente proposta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), expressa a qualidade das condições de trabalho em uma economia. Isso se deve ao fato de estar relacionada com a saúde física e mental dos trabalhadores, com o equilíbrio entre trabalho e vida familiar, com a produtividade do trabalho e com a remuneração. Um aumento da jornada corresponde, pois, a uma deterioração das condições de trabalho e vice-versa.

A Pesquisa Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) mostra que a média anual de **horas semanais trabalhadas** dos ocupados na Região era de 43 horas em 1993. Entre 1999 e 2003, a jornada elevou-se para 44 horas semanais. A partir de 2006, no entanto, a média de horas semanais reduziu-se, vindo a atingir 42 horas em 2009.

A tendência ao declínio da jornada de trabalho no período 2000-09 e, portanto, à melhora de condições de trabalho também se expressa no percentual de trabalhadores com jornadas superiores a 44 horas semanais. Os dados indicam uma queda no percentual dos ocupados nessas condições, passando de 36,5% do total de ocupados da RMPA em 1992 para 34,8% em 2009. Entre 1998 e 2000, a parcela de ocupados nessas condições sofreu uma considerável elevação, porém, desde 2001, há uma persistente tendência à diminuição nesse indicador.

Os dados indicam que a queda da parcela dos ocupados trabalhando acima da jornada de trabalho fixada na **Constituição de 1988** está associada à queda da taxa de desemprego na Região.



Walter Arno Pichler (FEE/CEES)

Pesquisa em ciência e tecnologia e inovação no RS: grupos de pesquisa e empresas

No último Censo dos Grupos de Pesquisa do CNPq, em 2008, podem-se observar dados importantes sobre o sistema de pesquisa científica e tecnológica do RS no que tange às atividades de inovação tecnológica. Dos 1.385 grupos de pesquisa gaúchos das áreas tecnológicas (Ciências Agrárias, Biológicas, da Saúde, Exatas e da Terra e Engenharias), 293 têm participação de empresas (administração pública, entidades empresariais e sem fins lucrativos), um pouco mais de 21% dos grupos, acima do percentual do País, que é de 16%. Justamente esses grupos, integrados por empresas, são os que possuem maior probabilidade de gerar novos produtos ou processos produtivos direcionados para o mercado.

Tendo, em média, um pouco mais de duas empresas parceiras para cada um desses grupos, essas parcerias caracteri-

zam-se, em grande parte, primeiramente, pela pesquisa científica com propósito de uso imediato dos resultados, contrariamente à de caráter puramente científico, e, em segundo lugar, pela transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro (empresas). De outro lado, destaca-se que ocorre, de modo predominante, a transferência de recursos financeiros das empresas para os grupos de investigação e, da mesma forma, de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo.

Quanto às grandes áreas do conhecimento analisadas, verifica-se que a das engenharias (inclusive a Ciência da Computação) se destaca em termos tanto absolutos quanto relativos, com 113 grupos com participação de empresas em suas pesquisas, 39,8% dos grupos dessa área.

Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e parcerias com empresas, por grandes áreas do conhecimento, no RS — 2008

GRANDES ÁREAS E TOTAL	GRUPOS DE PESQUISA (A)	GRUPOS COM PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS (B)	B/A (%)	EMPRESAS (1) (C)	C/B
Ciências Agrárias	224	66	29,5	112	1,7
Ciências Biológicas	250	34	13,6	47	1,4
Ciências da Saúde	412	40	9,7	91	2,3
Ciências Exatas e da Terra	215	40	18,6	74	1,9
Engenharias (2)	284	113	39,8	288	2,5
TOTAL	1 385	293	21,2	612	2,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Censo dos Grupos de Pesquisa-2008. (1) Administração pública, entidades empresariais e entidades sem fins lucrativos. (2) Inclusive Ciência da Computação.

Iván G. Peyré Tartaruga (FEE/CEES)

Indústria calçadista gaúcha cresce menos

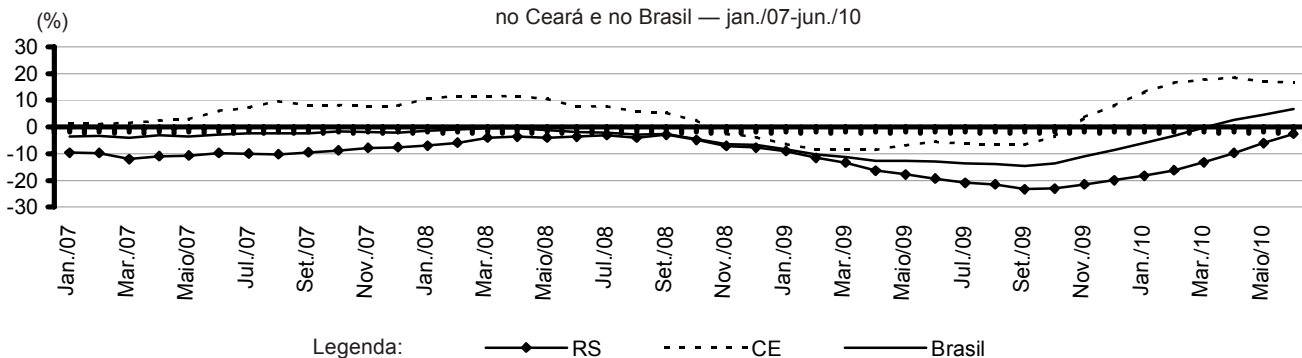
A indústria calçadista brasileira vem se recuperando-se dos efeitos da crise mundial que eclodiu no segundo semestre de 2008 e causou um encolhimento expressivo da produção e da exportação desse bem em 2009. Estimativas recentes da Abicalçados apontam um incremento de 5,5% no volume de pares a ser produzido no País em 2010, acompanhado de investimentos que devem superar em 11,5% o montante investido em 2009. Também são otimistas as projeções referentes ao consumo aparente de calçados (730 milhões de pares) e às vendas no varejo (crescimento de 12%). A expectativa é de continuidade da expansão dos níveis de emprego, que, em julho, já mostravam uma elevação de 13,7% sobre dezembro de 2009, e das exportações, que aumentaram 10,4% em valor e 15,2% em pares embarcados nos primeiros sete meses de 2010, em relação ao mesmo período do ano passado.

Contudo essa boa *performance* da indústria calçadista nacional ocorre de modo diferenciado em nível regional, refletindo a existência de dois padrões de organização dessa atividade produtiva. De um lado, tem-se uma organização mais tradicional, localizada principalmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo, com predominância de pequenas e médias empresas formando aglomerações produtivas especializadas na fabricação de calçados de couro. Nesses estados, a ênfase na agregação de valor ao produto final, através de investimentos em novas tecnologias, estilo e *design*, criou um produto diferenciado, de preço médio mais elevado e mais direcionado para nichos de mercado. De outro lado, desponta um padrão de organização mais recente, instalado, na Região Nordeste (notadamente, no Ceará, na Paraíba e na Bahia), por

empresas de maior porte, atraídas por menor custo da mão de obra, incentivos fiscais e economias de escala. A produção de calçados predominantemente sintéticos (plástico e borracha), de menor preço, é mais competitiva no segmento do mercado internacional de baixo custo, marcado pela ampliação da concorrência de produtores asiáticos notadamente chineses.

A evolução da produção de calçados e artigos de couro no Brasil e nos dois estados mais representativos desses padrões de organização, Rio Grande do Sul e Ceará, mostra diferença de intensidade das taxas de crescimento, embora com uma trajetória parecida (ver gráfico). A partir de uma posição semelhante (taxa negativa de cerca de 10% em fevereiro de 2009), as três indústrias voltaram a evoluir de modo bastante diferenciado, sendo que a gaúcha enfrentou maiores dificuldades para recuperar a produção. Em grande parte direcionada para o mercado externo, a indústria calçadista do Rio Grande do Sul foi severamente afetada pela retração do comércio internacional e pela ampliação da concorrência dos produtos chineses. Já a indústria do Ceará, produzindo principalmente para o mercado interno, conseguiu reverter as taxas negativas com mais facilidade, favorecida, também, pela adoção de uma sobretaxa de US\$ 13,85 à importação do calçado chinês pelo Governo brasileiro. No primeiro semestre de 2010, a produção de calçados no Ceará cresceu 28,26%, respondendo pela maior exportação de calçados em número de pares (47,07%), com preço médio de exportação de US\$ 5,69 o par. No Rio Grande do Sul, o crescimento no mesmo período foi bastante menor, 10,81%, mas esse estado detém a liderança no valor exportado (50,56%), a um preço médio de US\$ 23,55 o par.

Taxa de crescimento anualizada da produção física de calçados e artigos de couro no Rio Grande do Sul, no Ceará e no Brasil — jan./07-jun./10



FONTE: IBGE/PIM-PF.

NOTA: Evolução mensal da variação percentual anual do índice acumulado em 12 meses.

Silvia Horst Campos (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.08.10).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editória

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impresão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.